

Sexta-Feira, 22 de Maio de 2026

Lira se encontra com Bolsonaro para discutir sobre a reforma tributária

Bolsonaro tem orientado a bancada do PL a votar contra a regulamentação da reforma tributária.

Na manhã desta quarta-feira (10), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reuniu-se com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em Brasília para discutir a regulamentação da reforma tributária. O encontro aconteceu na sede do PL, partido de Bolsonaro.

Bolsonaro tem orientado a bancada do PL a votar contra a regulamentação da reforma tributária. Segundo interlocutores do ex-presidente, a reunião teve como objetivo tentar diminuir a resistência de Bolsonaro à proposta. Bolsonaro argumenta que a reforma elevaria os impostos, o que ele vê como prejudicial para a população.

O encontro também abordou a controvérsia em torno da inclusão da carne na lista de produtos da cesta básica, uma medida defendida pelo PL e pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A inclusão de proteínas animais, como carnes e frango, na cesta básica isentaria esses produtos de impostos. No entanto, Arthur Lira se opõe à isenção, argumentando que isso aumentaria a alíquota geral em quase 0,57 ponto percentual, um custo significativo para todos os brasileiros.

Apesar da reunião, o líder da oposição na Câmara, deputado Felipe Barros (PL-PR), afirmou que o grupo continuará a votar contra a regulamentação da reforma tributária. "Em reunião hoje mais cedo, nós fechamos questão contra o texto. Não se trata de reforma tributária, mas, sim, de aumento de impostos", declarou Barros em coletiva realizada na tarde desta quarta-feira. Os deputados da minoria também estão alinhados contra a proposta.

A Câmara dos Deputados está atualmente analisando o primeiro projeto sobre a regulamentação da reforma tributária. A proposta, que define as regras dos novos impostos criados pela reforma, já recebeu mais de 500 emendas dos congressistas. Um grupo de trabalho apresentou seu parecer na semana passada, sugerindo alterações ao texto original enviado pelo governo em abril.

Fonte: folhadoestado.com.br